



Oferta do Univias inclui a extinção da praça de Farroupilha, uma demanda da população da Serra

A NEGOCIAÇÃO

No final de 2011, o Consórcio Univias propôs renovação de contrato em troca de obras e tarifas menores

A PROPOSTA

- **O consórcio** Univias, que administra os polos Metropolitano, de Caxias do Sul e de Lajeado, apresentou uma proposta de renovação dos contratos que vencem em 2013.
- **Para seguir** operando as estradas até 2024, o Univias propõe redução das tarifas de R\$ 6,70 para R\$ 4,40, além de R\$ 1 bilhão em novas obras (incluindo duplicações, acostamentos, terceiras faixas e um complexo viário em Caxias do Sul) e a extinção da praça de Farroupilha.
- **O consórcio** também quitaria um passivo do Estado que, segundo as concessionárias, chegaria a R\$ 1,7 bilhão. O desequilíbrio, dizem as empresas, é resultado de recorrentes alterações nos contratos, como a interrupção de cobrança em praças.

A POLÊMICA

- **Desde a oferta**, o governo se mostra ambíguo. Não aceita renovar o atual modelo de pedágio, fala em nova licitação, mas não descarta as negociações com o Univias.
- **O problema** do Piratini é político. O PT sempre teve posição contrária ao atual sistema. No governo Yeda, o partido ajudou a derrubar uma proposta de prorrogação dos contratos. Já no governo Tarso, o Conselhão anunciou ser contra a prorrogação.
- **Há também** dúvida sobre o suposto passivo das empresas. Há projeções muito inferiores ao que pedem as empresas. Para o TCE, a conta seria de R\$ 69 milhões. A Agergs calcula R\$ 95 milhões, o Daer, R\$ 165 milhões, e a FGV, R\$ 209 milhões.

A CONTRAPROPOSTA

- **O Piratini** terá hoje um encontro com representantes do Univias. O coordenador da Assessoria Superior do Governador, João Victor Domingues, fará uma contraproposta.
- **O governo** vai solicitar às concessionárias que refaçam os cálculos apresentados na proposta original. A ideia é ter diferentes tarifas por praça, a partir da realidade de cada região. Em polos com maior fluxo de veículos, por exemplo, o valor poderia ser reduzido.
- **A reunião** também servirá para governo e Univias tratarem do reajuste anual das tarifas previsto em contrato. No final de 2011, o Piratini negou o pedido de aumento de 11,6%. Na semana passada, as empresas do consórcio ganharam na Justiça o direito de reajustar os pedágios.

OS CAMINHOS POSSÍVEIS

Firmados em 1998, os atuais contratos das concessionárias que administram cerca de 1,8 mil quilômetros de estradas pedagiadas no RS encerram-se em 2013. Basicamente, o governo terá três alternativas:

PRORROGAR OS CONTRATOS

- **Políticos, principalmente** do PT, rejeitam a alternativa. Mas pode ser opção se não for encontrada solução para o desequilíbrio financeiro das concessionárias. O governo pode contestar o valor ou o débito na Justiça, mas corre o risco de ser condenado a pagar indenização.

FAZER UMA NOVA LICITAÇÃO

- **Permitiria corrigir** os erros cometidos nos atuais contratos e estabelecer novos modelos de pedágio, inclusive comunitários, ou parcerias com empresas privadas. Em uma nova concorrência, o governo poderia exigir menores tarifas e mais investimentos das concessionárias.

RETOMAR AS RODOVIAS

- **Apesar do apelo político**, é a opção menos provável, porque o Estado não tem dinheiro para manter e ampliar as atuais estradas nem construir novas. A médio e longo prazos, a malha rodoviária hoje conservada pelas concessionárias estaria deteriorada.